

Corrida pela aposentadoria

ANA D'ANGELO E FÁBIO MONTEIRO

Brasília – Foi só o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionar o projeto de lei do novo plano de cargos e salários, em julho do ano passado, em meio à Copa do Mundo, para que servidores do Senado dessem início a uma corrida pela aposentadoria. Não é para menos. A maioria deles – técnicos de nível médio e analistas legislativos, de nível superior – encostou as chuteiras levando para casa mais de R\$ 20 mil cada um em proventos. De acordo com dados da Secretaria de Comunicação do Senado, de julho para cá foram concedidas 319 aposentadorias, contra 44 no primeiro semestre de 2010 e 99 em todo o ano de 2009.

Esse grupo seletivo de servidores estava esperando a aprovação do plano para embolsar uma nova benesse, a Gratificação por Desempenho (GD). A lei estende esse adicional salarial, cuja natureza é premiar quem cumpre metas, aos aposentados e pensionistas.

A lei contém ainda outro privilégio: diz que a gratificação é de 40% a 100% do salário, mas, enquanto ela não for regulamentada, o Senado pagaria 40% a partir

de julho de 2010 e 60% de 2011 em diante a qualquer servidor efetivo, cumprindo meta ou não. Inclui-se para os inativos. Foi o que aconteceu em janeiro: o salário aumentou sem avaliação do trabalho. Questionada pelo Estado de Minas no início da semana, até ontem a direção do Senado não tinha se manifestado sobre a regulamentação dessa gratificação.

Com o plano, um técnico legislativo, de nível médio, se aposenta com pelo menos R\$ 16.563, o salário de fim de carreira. Os mais antigos levam todas as vantagens acumuladas, como adicional por tempo de serviço, o que aumenta

o benefício para mais de R\$ 20 mil. Os analistas se aposentam com pelo menos R\$ 20.900 fixos, além dos penduricalhos acumulados.

Não são só os inativos que recebem altos valores. O salário inicial dos técnicos legislativos é de R\$ 13.833 – os últimos tomaram posse em janeiro do ano passado. O concurso exige o nível médio. Uma das funções dos técnicos legislativos é conferir o original de discurso dos senadores com a cópia. Não poderiam deixar passar um ponto de interrogação que não estivesse no original. Mas, se passar, não acontece nada. Outras funções com esse salário inicial

“
É estranho que, dentro do próprio país, do mesmo governo, haja carreiras similares com disparidades tão grandes

”

■ Antonio Melquiades,
diretor da Fenajufe

são de técnico administrativo, técnicos de informática, operadores de câmera e agentes de segurança, hoje policiais legislativos.

O analista legislativo – analistas de sistema, advogados, jornalistas, engenheiros, médicos – começa ganhando R\$ 18.440. É quase o vencimento de um promotor substituto ou juiz estadual e praticamente o salário final de todas as carreiras de elite do Executivo, como de advogados da União, procuradores federais, delegados da Polícia Federal, diplomatas e auditores fiscais. O analista judiciário, que assessora juízes na elaboração de sentenças, começa ganhando R\$ 6.550.

“É estranho que, dentro do próprio país, do mesmo governo, haja carreiras similares com disparidades tão grandes. Não pode um servidor, com a mesma formação e capacidade técnica, que passa por concurso difícil, começar com salário equivalente a 30% da carreira correlata”, diz o diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe), Antonio Melquiades. “Não parece ser uma política séria de recursos humanos”, completa.